

VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS EM SALA DE AULA¹

LINGUISTIC VARIATIONS IN THE CLASSROOM

Rosana Dias de Oliveira MELO²

1 Artigo científico para conclusão do curso de pós-graduação na disciplina Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade Estácio de Sá, São Paulo, 2019.

2 Universidade Estácio de Sá. É natural de Recife - PE, professora de Língua Portuguesa, graduada em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Francesa pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, pela Universidade Estácio de Sá (2019). E-mail: rosanaddomelo@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o tema da variação linguística, que, muito embora, atualmente seja amplamente discutida por estudiosos da área, na prática escolar ainda é questão desafiadora para o professor. Dessa forma, a proposta do artigo é produzir uma pesquisa bibliográfica, averiguando algumas concepções sobre o presente tema, fundamentadas teoricamente nos estudos de alguns linguistas, como forma de auxiliar a nós, professores de língua portuguesa, a trazer a discussão sobre os usos da língua para a sala de aula, bem como, para que aprendamos a respeitar e usar a favor do aprendizado a variação linguística que o aluno traz consigo, dentro de seu contexto social.

Palavras-chave: Variação Linguística. Concepções. Língua Portuguesa. Contexto Social.

ABSTRACT: The first article aims to reflect about linguistic variation that although nowadays have been widely discussed by scholars stills a challenging question to the teacher. Thus, the proposal of the article is to produce a bibliographic research, investigating some conceptions about the object, theoretically based on the studies of some linguists, as a way to help us, teachers of Portuguese language, to bring to the classes the discussion about the uses of language, as well as for us to learned to respect and use in favor of learning the linguistic variation that the student brings, within the social context in which is inserted.

Keywords: Linguistic Variation. Conceptions. Portuguese Language. Social Context.

1- INTRODUÇÃO

A escolha do tema “A variação linguística no ensino de língua portuguesa”, justifica-se pelo fato de, muitas vezes, os alunos terem de lidar com o preconceito linguístico advindo do próprio professor que está à frente do ensino da língua, por falta de conhecimento deste a respeito do assunto, culminando na evasão escolar e na sensação, por parte do falante, de que ele não tem domínio algum sobre a língua materna. Nesse sentido, o questionamento que se coloca no presente artigo é o de como o professor pode ensinar a língua portuguesa sem marginalizar a linguagem que o aluno traz consigo, baseando-se nas teorias linguísticas sobre as variações linguísticas.

O objetivo deste trabalho é fazer uma definição sobre a temática apresentada, levando e conta o quão controverso ainda é o tema, tornando-se um constante desafio teorizar e aplicar tais teorias em sala de aula. A proposta do presente artigo é a de produzir uma pesquisa bibliográfica, desenvolvendo os conceitos que são explicitados sobre este tema, nos fundamentando teoricamente em linguistas e estudiosos, para que, desta forma, não cometamos o engano de, enquanto docentes, atuar em sala com desprezo pela linguagem que o aluno traz consigo, oriunda de suas relações interpessoais e na sociedade em que está inserido, respondendo, desta forma, ao problema que se põe sobre como ensinar sem marginalizar.

Sendo assim, propõe-se explanar, com concisão, a parte histórica, a evolução e os retrocessos da nossa língua, observando o quanto a língua tem produzido significativas mudanças ao longo dos anos. Em seguida, apreenderemos

sobre as variações linguísticas e o decurso específico feito por ela, buscando compreender a forma que os falantes se comunicam, a fim de dirimir o espectro do preconceito em relação à fala oral, ainda tão arraigado em nossa sociedade. Apresentamos, também, uma diferenciação entre os aspectos da língua padrão e não padrão, com as respectivas definições, buscando elucidar qual seria o posicionamento dos professores de língua portuguesa diante da pluralidade de falas existentes em nossa sociedade. Levamos em conta que o professor é agente condutor da reflexão sobre a língua e os recursos linguísticos que podem ser utilizados, de forma que o usuário torne-se um falante que desenvolva mais habilidades e competências, sempre num processo de evolução.

2- O PERCURSO HISTÓRICO DA LINGUA PORTUGUESA

Nosso país possui grande extensão territorial que apresenta variações climáticas e geográficas, onde milhões de pessoas habitam e são unidas pela característica que mais determina sua nacionalidade: a língua. No nosso caso, trata-se da Língua Portuguesa.

A fim de iniciar nossa discussão acerca do tema Variação Linguística, vamos tratar, primeiramente, da história do Brasil, nos idos de seu descobrimento, em 1500.

Os portugueses que aqui chegaram, encontraram nas regiões, milhões de nativos (indígenas) que já tinham um desenvolvimento específico da linguagem. Estima-se que aqui, nas terras brasileiras, os índios falavam em torno de trezentas línguas diferentes, das quais muitas tinham como raiz o Tronco Linguístico Tupi e suas respectivas famílias linguísticas e suas

Línguas, tais como: tupinambá e tupi-guarani. Juntamente com o português, língua originária de Portugal, o tupinambá foi o dialeto utilizado para a comunicação, isso porque os padres jesuítas já haviam se familiarizado com a língua, estudando e disseminando-a.

O aparecimento das primeiras gramáticas que definem a morfologia e a sintaxe ocorreu no século XVI, onde a língua entra na sua fase moderna. Com *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões (1572), cujo português já é, tanto na estrutura da frase quanto na morfologia, muito próximo do atual. A partir daí, a língua terá mudanças menores. Na fase em que Portugal foi governado pelo trono espanhol (1580 – 1640), o português incorpora palavras castelhanas, um século mais tarde, o vocabulário português recebe novas contribuições: de origem greco-latina para designar os avanços tecnológicos da época como automóvel/televisão e termos técnicos em inglês, em ramos como as ciências médicas e a informática, por exemplo, check-up/software, da língua indígena o português herdou palavras ligadas à fauna e a flora, bem como nomes próprios e geográficos, pelos negros vindos da Nigéria, vocabulário ligado à religião e à cozinha afro-brasileira, dentre outras não mencionadas. E em 1759 o português fixou-se definitivamente como o idioma do Brasil³.

Segundo Câmara Junior (1979), o português falado no Brasil tem influências da linguagem europeia, por conta dos imigrantes que se domiciliaram no Sul do país, logo depois da independência em 1822.

Esses são elementos históricos capazes de explicar algumas pronúncias e diferenças

lexicais na oralidade que ocorrem entre as regiões do Brasil, variando de acordo com o processo migratório que cada região sofreu, pois como sabemos, nossa língua portuguesa contém marcas de expressão oral de acordo com a localidade em que ela é falada. No entanto, não existem informações científicas em número suficiente, a respeito das diferenças entre as variedades de cunho regional que há no Brasil, o que nos impossibilita classificar o processo de variação linguística brasileira de forma análoga às classificações que foram legitimadas acerca dos dialetos presentes no português europeu.

A essas diferentes influências veio somar as imigrações, que ocasionaram os diferentes sotaques existentes atualmente no Brasil. Um dos momentos decisivos da constituição da língua portuguesa (brasileira) se deu no século XVIII, quando se explorou o ouro em Minas Gerais. Nesse período a língua começou a se uniformizar e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro, pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou (CÂMARA JUNIOR, 1979).

Ao evocar o passado histórico, intenta-se mostrar o processo de evolução contínuo pelo qual a língua passa sempre se transformando, nunca sendo algo estático. A língua é resultado do contato social, da interação entre os povos, adquirindo, com o passar dos anos, mais e mais elementos resultantes da comunicação entre estes.

3- VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

De acordo com o que pudemos apreender acerca do percurso histórico da língua portuguesa,

3 Fonte: A LÍNGUA PORTUGUESA. História. Disponível em: <http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_index.ph/pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

podemos perceber que graças à interação entre os grupos, o contato entre os mais diversos elementos étnicos e sociais, e também nos mais diversos períodos da história, podemos reconhecer a pluralidade que existe na expressão da nossa linguagem, pois a fala da nossa população, espalhada em regiões é denominada de variação linguística.

De acordo com Cagliari (2001), é por conta dessa diversificação que não se pode estigmatizar a linguagem, classificando-a entre correta e incorreta ou tratando as variantes regionais como variante melhor ou pior. Entretanto, quando falamos em ensino de língua escrita, evidentemente, os elementos que identificam cada grupo social devem ser neutralizados a fim de que possamos atingir um padrão supranacional.

Fazer esse apanhado histórico sobre o itinerário da língua portuguesa, levando-se em conta de onde vêm as diferenças dialetais que são faladas no Brasil, é importante para a formação do professor e do aluno, pois sabemos que a língua varia também de acordo com a situação socioeconômica, o que nos explica o fato de uma mesma cidade ter bairros em que os moradores falam de forma X, enquanto em outros bairros, moradores falam de forma Y. Ou seja, inclusive em sala de aula, teremos cidadãos pertencentes a diferentes estratos sociais, lembrando que, o social é também um dos fatores que determinam a variação, como nos fala Marcos Bagno:

[...] mesmo que tenhamos tudo isso muito claro em nossas mentes, é preciso sempre lembrar que, do ponto de vista sociológico, o “erro” existe e sua maior ou menor “gravidade” depende precisamente da distribuição

dos falantes dentro da pirâmide das classes sociais, que é também uma pirâmide de variedades linguísticas. [...] O “erro” linguístico, do ponto de vista sociológico e antropológico, se baseia, portanto, numa avaliação estritamente baseada no valor social atribuído ao falante [...] (BAGNO, 2002, p. 73). (Destques em aspas do texto original).

Contudo, o que não podemos jamais ignorar é que as variedades, todas elas, são constituídas por sistemas linguísticos complexos que se adequam perfeitamente às necessidades de comunicação de seus usuários, por ocasião dos hábitos e práticas culturais que são utilizadas em suas comunidades.

É importante não classificar determinada variedade como melhor ou mais bonita ou mesmo a absolutamente correta em detrimento das demais. Pois ao fazer isso, acaba-se emitindo juízo de valor acerca de seus falantes, essa se manifesta como uma forma de marginalizar não só a linguagem, como também o indivíduo que dela se utiliza. Não devemos usar a variedade linguística como forma de discriminação. A língua é instrumento de comunicação social plural, dinâmica, que carrega consigo elementos de variação resultantes do contexto histórico, geográfico, cultural e social em que os falantes estão inseridos.

A língua que os brasileiros falam é extremamente marcada pelas variações, resultantes, muitas vezes, do contato com o ambiente, o que nos apresenta como variação regional, também conhecida como variação diatópica. Por exemplo, a língua portuguesa falada

no Nordeste do Brasil é diferente do Português falado no Sudeste. Cada qual com suas marcas de oralidade, advindas das situações reais de comunicação e dos usos da fala.

Quando falamos sobre diferenças geográficas, podemos nos aperceber do fato em relação à pronúncia dos falantes e de alguns vocábulos específicos. Não são diferenças que resultam em outro idioma. São diferenças no que diz respeito, por exemplo, de uma forma de pronunciar o R nas palavras, o D ou o S. São formas que marcam a oralidade de cada local. Assim como também temos diferenças que ocorrem dentro de uma mesma região, pois podemos encontrar variação na forma como se fala em Fortaleza, em Recife ou em Salvador. Cada cidade tem uma forma específica de pronunciar determinadas palavras ou um sotaque peculiar à sua região, embora sejam lugares inseridos na mesma região.

Mas além das variedades geográficas, ou diatópicas, também temos variações que se verificam através da comparação entre os modos de falar de diferentes classes sociais, as variações diastráticas. A língua também pode possuir uma variação diagenérica, que é a que se verifica entre os gêneros diferentes, ou seja, se o interlocutor for um homem ou uma mulher, a língua pode sofrer variação. Ou seja, variedade é uma das diversas formas de se comunicar. E essas formas dependem de fatores sociais, como local de origem, grau de instrução, idade, sexo, dentre outros.

Magda Soares nos mostra o papel essencial que a linguagem desempenha na formação do cidadão.

Desde já, porém, é necessário destacar que as relações entre linguagem e cultura constituem a

questão fundamental, nuclear, tanto na ideologia da deficiência cultural quanto na ideologia das diferenças culturais; em consequência, desempenham um papel central nas explicações do fracasso escolar, [...]. O papel central atribuído à linguagem numa e noutra ideologia explica-se por sua fundamental importância no contexto cultural: a linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão. [...] em consequência, nesse quadro de confrontos culturais, a linguagem é também o fator de menor relevância nas explicações do fracasso escolar das camadas populares. É o uso da língua, na escola, que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que geram discriminação e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e levam a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante padrão socialmente prestigiada (SOARES, 2000, pp. 16-17).

Classificar as variantes linguísticas em certo ou errado é uma dos grandes problemas que temos na sociedade, no tocante ao ensino da língua portuguesa. O falante nativo que, apesar de se comunicar com primazia com a sua variante específica, é classificado como indivíduo que não tem domínio da linguagem, não tem estímulo

ou motivação para permanecer estudando, seja porque não consegue entender o motivo pelo qual sua linguagem é marginalizada, tida como errada, ou mesmo pelo fato de achar que aprender a língua é algo muito difícil, já que a língua portuguesa é engessada e não permite nenhuma flexibilidade em seu ensino, além deste não ser contextualizado, o que também se apresenta como uma grande dificuldade que se interpõe aos alunos.

3.1. Conceito de Língua Padrão e Não Padrão

A língua é formada por um conjunto de variações que dela se desdobra. Quando falamos de língua padrão, estamos nos referindo ao conjunto de práticas linguísticas que pertencem aos grupos de prestígio, e cujas normas estão catalogadas na gramática intitulada normativa. Ao estabelecer determinada variante como padrão, infelizmente, na maioria das vezes, as outras variantes existentes são consideradas como erradas, inadequadas ou linguagem pobre, muito embora, a linguística nos mostre que, cientificamente, não é possível admitir que um modelo linguístico seja superior em detrimento de outro.

Segundo a definição de Magda Soares (2000, pp. 82-83):

Dialeto-padrão: também chamada norma-padrão culta, ou simplesmente norma culta, é o dialeto a que se atribui, em determinado contexto social, maior prestígio; é considerado o modelo – daí a designação de padrão, de norma – segundo o qual se avaliam

os demais dialetos. É o dialeto falado pelas classes sociais privilegiadas, particularmente em situações de maior formalidade, usada nos meios de comunicação de massa (jornais, noticiários de televisão, etc.), ensinado na escola, e codificado nas gramáticas escolares (por isso, é corrente a falsa ideia de que só o dialeto-padrão pode ter uma gramática), quando qualquer variedade linguística pode ter a sua.

O português padrão resumidamente é “[...] uma forma, um molde, um gabarito, uma régua” (BAGNO, 2000, p. 160).

A linguagem não padrão não está inserida no rol de gramáticas normativas, inclusive por ser considerada como incorreta. A variedade não padrão é aprendida pelos falantes de forma natural, com o passar dos anos e seu desenvolvimento. Essa variedade conta com um conjunto de regras internalizadas que proporcionam ao falante a habilidade de se comunicar e se fazer entender, bem como de compreender o discurso de seu interlocutor. Talvez fosse legítimo dizer que essa variedade aprendida com os familiares, com a comunidade é a que merece status de língua materna, pois é aquela com que nos permite entrar em contato assim que nascemos.

Ao chegar à escola, as crianças falam o português que aprenderam no meio social e são, muitas vezes, consideradas como incompetentes linguísticos. O conhecimento que o aluno traz consigo é completamente anulado, de forma que ele tenha que dar lugar, exclusivamente, à língua padrão, decorar suas regras e excluir do seu vocabulário qualquer resquício de fala espontânea. Esse tipo de repressão é uma das causas pela qual

os índices de evasão escolar crescem e também pela qual o falante acredita que, aprender a língua portuguesa seja sacrificante e/ou impossível.

É preciso que façamos uma distinção entre diferença linguística e erro. Diferenças são construções que têm formatos divergentes do formato padrão, mas que atingem perfeitamente o objetivo comunicativo. Já o erro, poderíamos considerar como construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua. O erro seria a construção impossível, incompreensível (POSSENTI, 1996)

Segundo os PCN (1998), não se trata de falar corretamente ou incorretamente, mas sim saber qual a melhor opção linguística que está de acordo com aquele contexto comunicativo. É uma questão de adequação de escolhas, por meio das quais, é possível utilizar os mais diversos tipos de linguagem, de acordo com o ambiente em que estamos transitoriamente inseridos. A necessidade é a de escolher uma linguagem que possa atribuir fluidez ao discurso, em que os interlocutores sejam capazes de uma mútua compreensão.

4- QUAL VARIEDADE O PROFESSOR DEVE ENSINAR NA ESCOLA?

Sabemos que a norma padrão é a variação de prestígio, utilizada pelas classes privilegiadas, detentoras de poder socioeconômico. Diante disso, temos a instituição escolar como o local em que deve haver a transmissão dessa norma, a fim de que o aluno possa se tornar capaz de alcançar esse poder social, essa ascensão, por intermédio do conhecimento. Contudo, devemos nos aperceber do fato de que a escola recebe diversos alunos vindos de vários locais diferentes e, como

consequência disso, trazem consigo as mais diferenciadas falas, linguagens que aprenderam muito antes de frequentar uma escola, nos seus círculos sociais. Estamos cientes quanto ao papel da escola de ensinar a variedade culta, mas sem marginalizar a maneira pela qual o aluno se comunica, usando sua variedade específica.

O professor, por sua vez, deve ser capaz de instigar no aluno uma reflexão acerca da linguagem que ele utiliza para se comunicar, ao mesmo tempo em que partilha de seus conhecimentos sobre a norma culta, variedade padrão. Fala-se sobre reflexão, pois acredita-se que essa é a forma pela qual o aluno poderá fazer escolhas no que diz respeito a qual variedade utilizar em determinado contexto. Não se trata de excluir a variação não padrão, mas sim torná-la apropriada para as situações de uso que lhe forem correspondentes, assim como a linguagem culta. Essa seria uma forma do professor trabalhar em sala o ensino da língua sem discriminação, estando ciente de que a língua portuguesa é dinâmica, mutável, que seu ensino precisa ser contextualizado e que dentro da mesma língua existem diferentes modos de se comunicar. E que o aluno pode e deve fazer uso de todas as formas que tiverem ao seu alcance, sabendo, evidentemente, da importância de se utilizar cada variação de acordo com cada situação. Ou seja, em sala de aula já não caberia classificar em certo ou errado as variedades linguísticas e sim fazer as adequações para o uso.

5- CONCLUSÃO

Esse artigo promoveu uma reflexão sobre o respeito que se deve ter pela linguagem do outro, pela variação que o indivíduo traz consigo, como marca de sua identidade sociocultural.

Para tanto, foi necessário entender um pouco o desenvolvimento histórico pelo qual passou a língua, elementos que a influenciaram e a modificaram, até os dias de hoje.

Compreendemos que a norma padrão é de aprendizagem necessária. Por intermédio dela, o indivíduo conseguirá transpor algumas barreiras sociais, logo, faz-se necessário o seu ensino. O que, na realidade, entendemos é que, a escola e o professor, não precisam tentar substituir uma linguagem por outra, classificando-as entre correta e incorreta.

A verdade é que existe uma pluralidade de falares e para cada variedade, existe também uma situação que lhe é correspondente e adequada para seu uso. Ao agir dessa forma, tendo respeito pela identidade linguística do outro, nós professores nos tornamos instrumento capaz de aproximar o aluno da língua, o auxiliando no sentido de desenvolver e expandir suas competências linguísticas, sem colocá-lo à margem, evitando, dessa forma, que ele não se sinta sujeito incapaz de transpor os limites sociais, que muitas vezes são impostos pela linguagem.

6- REFERÊNCIAS

ALÍNGUA PORTUGUESA. História. Disponível em: <http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_index.ph/pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Preconceito linguístico: O que é, como se faz**. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**. 10ª ed. São Paulo: Scipione, 2001.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARVALHO, José Augusto. **Por uma política**

do ensino da língua. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976.

PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. 7ª reimpressão, 2001. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola uma perspectiva social**. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2000.